

FORMAS E SENTIDOS DO CATECISMO NA HISTÓRIA E SUA REPRESENTAÇÃO NA  
EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Catechism's forms and meanings in History and its representation in brazilian education*

Evelyn de Almeida Orlando<sup>1</sup>

RESUMO

Este artigo trata de uma classe de impressos específica, os catecismos católicos, com o objetivo de analisar suas formas e sentidos na História. O livro de catecismo é entendido como objeto cultural, tal como propõe Chartier (1976; 1994; 2003), Darnton (1990) e Toledo (2001), cuja produção sempre acompanhou as diferentes conjunturas sociais e políticas que marcaram as sociedades em seus diferentes tempos, se reconfigurando conforme novas demandas iam sendo produzidas. Com isso, buscou-se compreender qual é a representação dessas mudanças nas práticas educativas católicas no Brasil e como esse objeto aproxima a Igreja do diálogo com a modernidade pedagógica? Buscou-se, ainda, compreender tais mudanças no cenário educacional brasileiro, atentando para as mudanças dos projetos editoriais associada aos debates educacionais e ao mercado editorial, considerando sua modernização como uma estratégia de fortalecimento do campo religioso católico no cenário educacional, mas também na sua função social de recatolicização da sociedade pelo catecismo.

**Palavras-chave:** Manuais de catecismo. Formas e sentidos. História da Educação.

ABSTRACT

This article deals with a specific class of prints, the Catholic catechisms, intending to analyse its forms and meanings in History. The catechism's book is understood as a cultural object, as proposed by Chartier (1976; 1994; 2003), Darnton (1990) and Toledo (2001), whose production has always followed the different social and political conjunctures that marked the societies at their different times, reconfiguring itself as new demands were being produced. Based in these ideas, we sought to understand the representations of these changes in Catholic educational practices in Brazil and how this object approaches the Church to the dialogue with the pedagogical modernity? We also sought to understand these changes in the Brazilian educational scenario, noting changes of editorial projects related to the educational debates and the editorial market, considering its modernization as a strategy to strengthen the Catholic religious field in the educational setting, but also in their social function of reconnecting society to Catholicism through catechism.

**Keywords:** Catechism's manuals. Forms and meanings. History of Education.

Desde a década de 80 do século XX, no Brasil, os estudos no campo da História da Educação vêm atentando para a produção e os usos de objetos culturais, como o livro, por exemplo, com o intuito de perceber, através de suas representações, as formas como estes incidem ou interagem com a sociedade e como se movimentam no curso da História<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: evelyn.orlando@pucpr.br; evelynorlando@gmail.com

<sup>2</sup> Na perspectiva da História Cultural, os pesquisadores brasileiros Jorge de Souza Araújo, Eduardo Frieiro, Laurence Hallewell, Marisa Lajolo, Regina Zilberman, Jorge Carvalho do Nascimento, Maria Rita de Almeida Toledo,

No âmbito das propostas da Nova História Cultural, identificar o modo pelo qual esse objeto é pensado, construído e dado a ler em uma determinada realidade social faz parte do modo como se escreve a História.

De uma maneira mais ampla, os impressos vêm contribuindo com a História da Educação em uma via de mão dupla. Por um lado, os olhares dos historiadores têm se voltado para percebê-los como objetos de estudo específicos, passíveis de análise pela História que os constitui e é por eles constituída. Por outro lado, muitas vezes de forma concomitante, como uma importante fonte de pesquisa histórica que permite apreender, em sua materialidade, textualidade, presença no mercado e na vida social, uma história que se não fica evidenciada, certamente indica, aponta e sugere.

Como os impressos têm se constituído um campo com uma história própria, que abrange variadas vertentes, neste artigo, as lentes da História se voltam para uma classe específica de impressos: os catecismos católicos, cuja destinação pedagógica visa a propagação e a conservação da fé e da doutrina da Igreja. O objetivo é analisar esse corpus no âmbito da modernidade, buscando compreender as mudanças em suas formas e sentidos, associadas ao seu contexto histórico. Procura-se compreender também a representação que esses livros tiveram na educação brasileira. Para tanto, esta análise põe em evidência a relação que se estabeleceu entre Igreja e modernidade através dos impressos e acentua a produção de uma coleção de catecismos como fruto de um diálogo estreito com as novas técnicas modernas para distinguir um objeto que já está no mercado, fazendo-o alcançar uma circulação maior.

O diálogo com os conceitos de campo religioso, de Bordieu (2005), representações, formas e sentidos, de Chartier (1990, 1994), e estratégias, de Certeau (1994), serviu como subsídio teórico-metodológico para delinear os contornos desta investigação, que busca analisar as transformações na materialidade dos textos de catecismos, associadas às novas técnicas modernas de produção e mercado do livro, considerando essa modernização como uma estratégia de fortalecimento do campo religioso católico.

### Produzindo livros para educar o povo...

Originária do grego *katechismós*, a palavra catecismo significa instrução religiosa, inicialmente transmitida na forma oral. Posteriormente, o catecismo católico se organizou a partir de um texto de referência, escrito, seguro e autêntico, para o ensino da fé e da doutrina católica, iluminado pela Tradição apostólica, pelo Magistério da Igreja e pelas Sagradas Escrituras, o que, para Bourdieu, na análise que fez sobre o campo religioso, significa “um ponto de apoio que serve de roteiro, impedindo excentricidades e extravagâncias, que asseguram a economia da improvisação, mantendo-a dentro de limites” (BOURDIEU, 2005, p. 98). Organizado em formato de perguntas e respostas, o catecismo visava a transmitir a

---

Luciano Mendes de Faria Filho, Diana Gonçalves Vidal, Kazumi Manakata, Elomar Tambara, Shirley Puccia Laguna, Margareth Park, Márcia Abreu, dentre outros, têm contribuído substancialmente com estudos sobre a materialidade e os usos, as práticas e representações que o livro adquiriu junto à sociedade brasileira. Outros autores, como Roger Chartier, Jean Hébrard, Robert Darnton, Alberto Manguel, Smith Jr, Wilson Martins, Emanuel Araújo, oferecem valiosas contribuições, tanto do ponto de vista da investigação cultural quanto da materialidade do objeto em questão.

mensagem, ensinando através da técnica mnemônica da repetição para memorização dos valores e normas da Igreja, regulando os instintos e criando um conjunto de *habitus* próprios de um cristão.

Como todo texto, o catecismo teve seu suporte e, embora esta pesquisa não tenha localizado estudos sobre a materialidade dos mesmos ao longo da história, as pistas deixadas na História do Livro e da Leitura permitem compor a produção desse impresso, associando as formas aos sentidos atribuídos a essa classe de textos voltados para o ensino religioso. Segundo Manguel, de todas formas que os livros assumiram, ao longo do tempo, as mais populares foram aquelas que permitiam ao leitor mantê-lo confortavelmente nas mãos (1997).

Não obstante a existência de grandes livros nas Idades Antiga e Média, que carregavam em si a representação monumental do sagrado, um novo tipo de texto, com formato adaptado ao uso, passou a circular entre a elite<sup>3</sup> ainda nesse período: o livro de horas. Esses livros deveriam ser usados tanto nos serviços públicos nas Igrejas como nas orações privadas, tendo, portanto, um tamanho que permitia ser transportado e manuseado com facilidade; “instrumentos portáteis de devoção, seu tamanho tornava-os adequados às crianças” (MANGUEL, 1997, p.154). Apesar de portáteis, esses livros eram manuscritos.

Após a Revolução da imprensa, é possível perceber com clareza a separação entre os livros antigos e os livros do século XV. Essa observação leva, inclusive, alguns pesquisadores a desconsiderar completamente as iniciativas anteriores de tentar adaptar o livro à função que este deveria exercer junto ao seu destinatário. De acordo com Faguet, os livros impressos, ainda que copiando, inicialmente, os livros manuscritos, “eram impressos portáteis, *em contraposição* ao manuscrito pouco manejável, frágil, pouco legível e raro da Idade Média” (FAGUET *apud* MARTINS, 2002, p. 89). Esse tipo de afirmação desconsidera completamente a existência de livros portáteis antes do advento de Gutenberg. O que dizer, então, dos livros de horas supramencionados, que possuíam um formato adaptado ao uso?

De fato, é possível afirmar que a modernidade impulsionou a era de um impresso religioso: o catecismo<sup>4</sup>. Contudo, a existência de catecismos para ensinar a doutrina cristã é anterior à modernidade. De acordo com Bollin e Gasparini (1998), até mesmo o termo catecismo, utilizado para indicar o livrinho da doutrina cristã, já era usado, tanto em latim quanto em língua vulgar, no século XIV, e servia para a exposição da doutrina do Cristianismo às pessoas consideradas ignorantes ou às crianças. Todavia, naquela época, o estado em que se encontrava a maior parte da população era de carência religiosa e

<sup>3</sup> Geralmente, a decoração do livro de horas, por ser um objeto pessoal, era luxuosa e trazia uma marca particular da família, mas variava de acordo com o poder aquisitivo do cliente.

<sup>4</sup> Alguns pesquisadores adotam o entendimento do catecismo como “método”. De fato, grande parte dos catecismos foram escritos adotando o método de perguntas e respostas, criando a representação de uma metodologia cristalizada para o ensino da doutrina. Todavia, não se pode desconsiderar os catecismos que foram publicados propondo novas metodologias de ensino, dentre eles a narrativa histórico-bíblica, que surgiu no século XVII. Há, ainda, a proposta de substituir a técnica da memorização pelo método socrático, baseado no diálogo, fruto do iluminismo católico. Os próprios livros do padre Álvaro Negromonte não adotam o método simples de perguntas e respostas. Este, propondo um método integral, prefere a explanação, a verificação, a associação com a vida e os exercícios. Por essas razões, este trabalho analisa o catecismo como um impresso de destinação pedagógica, a serviço do ensino das verdades da fé e da doutrina da Igreja (seja ela qual for) com metodologia aplicada a cada contexto.

pastoral, o que resultou em uma condição de miséria espiritual dos fiéis, que, sem saber em que acreditar para a salvação, recorriam, constantemente, às práticas de indulgências. A inadequação da ação pastoral fez emergir a tônica do movimento reformista: a necessidade de instrução religiosa.

A Reforma Protestante e os usos que Lutero fez do impresso para a propagação da fé impulsionaram os católicos a utilizarem a mesma estratégia. Assim, os catecismos adotaram, na modernidade, novos contornos, uma vez que a catequese, que assumia um cunho apostólico, passou a ser utilizada pela Igreja sob uma nova ótica: a do ensino. Segundo Bollin e Garparini, a catequese é vista como o “ensino da doutrina cristã, concentrada no catecismo, o livro (impresso!) que compila, de um modo simples, essencial e completo, tudo o que o fiel deve conhecer” (1998, p.105).

Após a Reforma, os catecismos se proliferaram e atingiram uma rápida difusão, adotaram novidades em relação ao passado, alcançando uma originalidade própria, que o tempo e o lugar de circunscrição lhe conferiam, e se tornaram o centro da ação pastoral-catequética. Com isso, surgiu uma onda de catecismos protestantes e católicos como o caminho para a maturação da fé e, conseqüentemente, para a salvação das almas. Essa variedade de textos produziu dissonâncias nos discursos de ambos os lados, que buscavam associar religião e civilização em seus ensinamentos.

Os catecismos protestantes, largamente difundidos para a instrução do povo, adotaram duas vertentes claramente definidas: a de Lutero e a de Calvino. Os catecismos de Lutero são conhecidos, na História da Igreja, pelo seu caráter pastoral. Em 1529, ele publicou, segundo Bollin e Gasparini (1998), oito tábuas catequéticas para a família, o catecismo grande para a instrução dos pregadores e professores e o catecismo pequeno, mais simples, destinado aos párocos e pais de família, para que fosse explicado às crianças. Do ponto de vista metodológico, Lutero assumiu, para o catecismo maior, mais rigidez e utilizou um texto discursivo contínuo, tendo em vista a finalidade para a qual foi destinado. Nessa mesma perspectiva, o catecismo pequeno foi escrito em formato de perguntas e respostas, mais didático, para as crianças. Segundo Fernández-Armesto e Wilson (1997, p. 236), “o impacto revolucionário do catecismo breve, de autoria do próprio Lutero, de 1529, deveu-se em parte à possibilidade de acesso direto a ele por parte dos leitores leigos. Em torno de meados do século seguinte, ‘quase um pastor em cada três escrevia o seu próprio catecismo’”. Já os textos de Calvino, que influenciaram os catecismos católicos, aparecem na História da Igreja em uma perspectiva doutrinal. Os catecismos de Calvino são uma espécie de sumários de Teologia que condensam, de forma ordenada e rigorosa, o que deveria ser aprendido, obrigatoriamente, por crianças e adultos. Tendo em vista o êxito do projeto protestante de disseminar a fé e a instrução religiosa através dos impressos, sobretudo, dos textos de catecismo, os católicos também compilaram vários textos, que foram concebidos como manuais de doutrina cristã, destinados às crianças ou aos fiéis, de uma maneira geral, que quisessem aprender sobre a doutrina da Igreja. Os principais catecismos católicos publicados na esteira do empreendimento protestante foram redigidos por três religiosos da Companhia de Jesus: Pedro Canísio, Edmondo Auger e Roberto Bellarmino. As obras de Canísio são caracterizadas, sobretudo, pela *Summa*, modelo de síntese teológico-pastoral, dividida, respectivamente, em duas partes: a sabedoria e os sacramentos. Esses

catecismos foram os textos mais difundidos nos colégios da Companhia de Jesus e dominaram os países de língua alemã até meados do século XIX. As obras de Auger trazem a marca da preocupação com a difusão do protestantismo, evidente na organização que dá ao seu texto, o qual procura responder ponto a ponto o catecismo de Calvino. Apesar do grande êxito, em pouco tempo os catecismos de Auger foram suplantados pelos de Canísio, possivelmente pelo fato de a formação individual ter um caráter mais eficiente do que a contestação ao outro. Ainda assim, influenciou os catecismos franceses. As obras de Bellarmino<sup>5</sup> foram escritas depois do Concílio Tridentino e, tendo sido aprovadas pelo Papa, tornaram-se obrigatórias em Roma. Foram apresentadas durante o Concílio Vaticano I como o modelo mais autorizado para a compilação do catecismo universal. Além disso, foram os textos oficiais da Igreja e os mais utilizados nas aulas de catecismos paroquiais até o compêndio de Pio X, em 1905 (BOLLIN & GASPARINI, 1998).

Para os catecismos católicos, as orientações catequéticas do Concílio de Trento tiveram a finalidade de uniformizar seu ensino e diminuir suas dissonâncias. A ignorância religiosa alcançava até o clero, que vivia, muitas vezes, em situações miseráveis, sem perspectiva e sem alimento intelectual ou espiritual para fortalecer a sua própria fé, o que resultou em um movimento de reforma interna, a partir do próprio clero, bem como na publicação do *Catechismus ad parochos*, mais conhecido como Catecismo Romano ou Tridentino, voltado para os párocos, um instrumento auxiliar da formação teológica no que diz respeito ao que deve ser ensinado ao povo<sup>6</sup>.

Do ponto de vista material, os indícios deixados na História do Livro permitem traçar um possível formato para esses textos. Dentre os grandes tipógrafos, merece destaque, para este trabalho especificamente, na intenção de perceber a materialidade dos catecismos, Aldo Manúcio, segundo Martins (2002), uma das três maiores dinastias do império tipográfico. Suas mais relevantes contribuições foram a criação do pequeno livro em formato *in-octavo* e do caráter de impressão conhecido por grifo ou itálico. Pode-se dizer que foi a partir do oitavo de Manúcio que o livro se tornou popular e começou efetivamente a circular, por volta de 1501. Após a morte de Aldo, seu filho Paulo Manúcio se transferiu para Roma e tornou-se o impressor oficial do Papa Pio IV, publicando, dentre outros livros clássicos, as decisões do Concílio de Trento e inúmeras outras obras de caráter religioso, segundo expressas determinações do Papa.

O estudo sobre a *Construção do Livro* (1986) feito por Emanuel Araújo ajuda a ter uma visibilidade melhor do formato do papel. Segundo o autor, o formato e a dimensão

<sup>5</sup> Os escritos catequéticos de Bellarmino se resumem em dois: a *Dottrina cristiana breve perché si possa imparare a mente* (1597), escrita para as crianças, em forma de diálogo, no qual o mestre pergunta e o discípulo responde, com 96 perguntas e respostas; e a *Dichiarazione piu copiosa della Dottrina Cristiana per uso di quelli Che l'insegnano ai fanciulli e altre persone semplici, composta in forma de dialogo* (1598), uma espécie de guia de orientação para sacerdotes, catequistas e professores, em que o diálogo é invertido: o discípulo é quem pergunta e o mestre responde, com 273 perguntas-respostas (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p. 115).

<sup>6</sup> As determinações catequéticas resultantes do Concílio de Trento tiveram como eixos norteadores a organização da instrução religiosa e a proposta de um catecismo. Do primeiro eixo, nasce a proposta de instrução religiosa nas escolas, que estabelece diretrizes para o exercício dessa instrução na comunidade cristã. Nasce, também, a catequese paroquial para as crianças, a qual vai ter, em Bellarmino, o primeiro escritor de um catecismo em linguagem adaptada e voltado especificamente para elas. A proposta de um texto único de catecismo resultou no Catecismo Romano ou *Catechismus ad parochos*. Um texto único para os fiéis ainda não havia sido definido.

do livro estão condicionados ao tamanho da folha em que são impressos. Até o início do século XIX, com a vulgarização da máquina contínua de papel, o tamanho da folha e de suas dobras era tradicionalmente designado por nomes com *folio*, *quarto*, *octavo* ou em ordinais *in-4º*, *in-8º*, etc. No período de fabricação manual do papel, essas nomenclaturas correspondiam a medidas uniformes, uma vez que seu ponto de origem partia de um tamanho padrão da folha sem dobra, chamado *in-plano*, que media 32 x 44 cm, com duas páginas, frente e verso. Doravante, vinham os múltiplos dessa folha em dobras: o *in-folio*, dobrada pela metade, que media 22 x 32 cm, o *in-quarto*, dobrada duas vezes, que media 16 x 22 cm, o *in-octavo*, dobrada três vezes, que resultava em um tamanho de 11 x 16 cm. Assim, é possível inferir que, se Paulo Manúcio manteve a marca da sua dinastia nos textos impressos no Vaticano, as publicações religiosas, frutos do Concílio, como o *Catecismo Romano*, tiveram o famoso formato *in-octavo*. Logo, se esse formato se propagou nas publicações de livros de catecismos, se foi adotado por Bellarmino, o qual obteve a autorização do Papa, é possível dizer que os livros de catecismos que circularam na modernidade tinham o formato de 11 x 16cm.

Do ponto de vista textual, as características desses catecismos católicos modernos, redigidos por jesuítas, curiosamente contraria o que é mais caro à prática pedagógica jesuítica: o método de preleção<sup>7</sup>. Os textos modernos de catecismos interrompem a tradição oral de um discurso contínuo e adotam o diálogo, em forma de perguntas e respostas, como novo procedimento metodológico. A atenção, antes centrada na pessoa do catequista, fundamental para transmitir a mensagem, foi transferida para o texto, para a palavra escrita. Na catequese moderna, a relação se dá entre aluno e livro, sendo o papel do catequista o de explicar este último. Naquele momento, nas aulas de catecismo, “o protagonista fundamental é o livro” (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p.118).

Por mais que a Igreja Católica conteste o processo de individualização próprio da modernidade, este se faz sentir nas próprias aulas de catecismo moderno, que, através da imprensa, mudaram completamente a dinâmica do processo de aquisição de conhecimento, não ficando aquém das estratégias protestantes. O conceito que se tinha de uma catequese apostólica nas Idades Antiga e Média, baseada na oralidade, o que presumia

---

<sup>7</sup> Por definição, preleção significa conferência, explicação de assuntos didáticos, prática que pressupõe uma certa passividade daquele que ouve. No entanto, de acordo com Leonel Franca, a preleção inaciana, método pedagógico dos jesuítas, nada tem de passivo. “Como o nome está indicando, é uma lição antecipada, uma explicação do que o aluno deverá estudar. Seus métodos e aplicações variam com o nível intelectual dos estudantes [...] A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma cooperação viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e principalmente a imaginação, o juízo e a razão. Observa; analisa palavras, períodos, parágrafos; resume passagens; compara, critica; adquire hábitos corretos de estudo; desenvolve o desejo de ulteriores investigações para a formação do critério de uma apreciação pessoal [...] Ao trabalho do professor segue-se o do aluno. O método é essencialmente ativo. [...] Não só durante a exposição do mestre os estudantes são frequentemente incitados a uma colaboração contínua, mas, terminada a tarefa da explicação, começa a da composição. O fim da preleção não é teórico, mas artístico; mira desenvolver a arte da expressão. Estuda-se uma carta, uma descrição, um discurso para compor uma carta, uma descrição, um discurso. A preleção não se confunde com uma tradução, ou uma leitura, visa diretamente o estudo, análise viva de um modelo. Depois de o haver contemplado e admirado, o aluno esforça-se para assimilá-lo e reproduzi-lo. No silêncio de sua banca de estudos repetirá depois os processos vitais percorridos pelo autor e analisados na preleção. Focaliza e ordena as idéias; escolhe e articula as palavras, frases, períodos; dispõe os argumentos em uma tentativa fecunda de rivalizar com o modelo entrevisto. Imitação um tanto servil nos primeiros tempos ganhará em originalidade e cunho pessoal à medida em que o aluno for enriquecendo o seu patrimônio de ideias e os seus recursos de expressão” (FRANCA, 1952, p.57, 58).

uma interação maior entre as pessoas e uma prática de leitura socializada, foi substituído por um novo código comportamental, que levou a uma prática de leitura individualizada, instaurada pela cultura impressa, da qual a Igreja Católica também foi partícipe.

De agora em diante a doutrina já não é apenas explicada e depois resumida em algumas fórmulas de fácil retenção. Ela deve ser apreendida em pormenor e recitada de cor. O livro já não é apenas o manual do pároco ou da pessoa instruída, que serve de guia para a instrução das pessoas. Ele é colocado diretamente na mão das crianças e dos adultos. O seu formato é tanto mais reduzido quanto mais o livro é difundido. Tudo isso é novo em relação ao passado (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p.117).

Na Europa do século XVII, a multiplicação de manuais de catecismo e de instrução catequética teve o objetivo não só de transmitir, mas também de assentar o espírito cristão. Também a disseminação das escolas religiosas tratou de formar e exibir a religiosidade dos seus membros. Essa ação dos colégios colaborou para transformar o século XVII em um século de disputas e polarizações, que ditaram como norma a demonstração da fé pelo comportamento e pela conduta moral. “A religiosidade também devia ser demonstrada pelo viver cristão em sociedade, e a expressão *honnête homme* designa o tipo humano que demonstrava cotidianamente as suas crenças, pois fora formado para isso, nas qualidades cristãs (espirituais) e sociais (cortesãs) pelos colégios” (HILSDORF, 2006, p.76). Paradoxalmente, o que deveria ser um ponto positivo transformou-se em um conformismo religioso, fruto do costume, pouco resistente aos atrativos do século XVIII.

A sociedade de corte, que se configurou como instância social, política e econômica, determinava os novos modelos e códigos comportamentais do mundo civilizado. No século XVIII, a mobilidade social dos clérigos permitiu que estes se tornassem os principais divulgadores de seus costumes. Esse discurso era consoante com os interesses da Igreja, pois o controle das emoções e a formação disciplinada do comportamento apresentavam afinidades com tendências particulares no comportamento eclesiástico tradicional. “A civilidade ganha novo alicerce religioso e cristão” (ELIAS, 1990, p. 111) ao passo que a Igreja Católica se torna um dos mais importantes órgãos de difusão dos comportamentos e estilos a partir dos estratos mais baixos da sociedade. Porém, segundo o Padre La Salle, nas suas Normas de Civilidade, citado por Elias (1990, p. 111), “a maioria dos cristãos considera o decoro e a civilidade como uma qualidade puramente humana e mundana e, não pensando em elevar mais ainda sua mente, não a considera uma atitude relacionada a Deus, ao próximo e a nós mesmos. Isto mostra bem quão pouco Cristianismo há no mundo”.

O movimento cultural do Iluminismo e o culto à instrução e ao esclarecimento para formar o cidadão resultou em uma proposta de secularização que impôs, ao ensino religioso, uma nova missão: criar um elo entre a Igreja e o mundo civilizado, estabelecer uma relação entre razão e fé, tradição e o progresso. No bojo dessas iniciativas, a partir do século XVIII, “delineia-se uma nova pastoral que coloca a paróquia como centro do apostolado, procura afirmar a escola católica e utiliza a imprensa como apoio e sustento para a pregação” (MARTINA, 2005, p.127). Assim, diante da proliferação de impressos de

cunho educativo, como os vários tipos de textos literários que surgem no século XVIII, a Igreja adota a estratégia de transformar o catecismo em disciplina escolar e assegurar a sua função formativa. Dessa forma, a catequese e os catecismos, nos séculos XVII e XVIII, ocuparam os espaços escolares, fossem eles pertencentes à Igreja ou mesmo laicos, servindo, muitas vezes, como manuais de primeira leitura.

Nos limites do catolicismo, nas Escolas da Doutrina Cristã e nos Colégios Jesuítas, o catecismo aparece como figura central. “A catequese escolar ou a escolarização da catequese é uma conseqüência da mentalidade iluminista” (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p.155). Nesse contexto, o iluminismo alemão abre espaço nas escolas públicas alemãs e austríacas para a catequese escolar. Catecismo e História Sacra se tornam disciplinas escolares e o livro de catecismo passa a ser pensado para a escola, prática que se estende pelo século XIX. A profusão de impressos e a vulgarização da leitura associa a história do catecismo, no século XVIII, à prática de orientação da boa leitura, que segue praticamente como meta nos séculos seguintes.

A produção de catecismos no século XIX traz as marcas dos novos tempos, os quais pedem novos objetos, novas práticas, novas representações, próprias do tempo e do lugar em que estão circunscritas. No âmbito da catequese, os textos de catecismos trazem as marcas de duas correntes catequéticas principais: a histórico-teológica, de tendência inovadora, e a tradicional-doutrinal. Essas duas correntes marcam o movimento de renovação e tradição que se instaura nesse século. Contudo, a multiplicidade de catecismos que eclode nesse período exige da Igreja a elaboração de um catecismo único, temática abordada no Concílio Vaticano I (1869-1870), que não chegou a ser definida. Esse tema da unificação dos catecismos já aparece desde o Concílio de Trento, alimentando inúmeros debates.

Em vários países, como a França, a Itália, a Alemanha, adotaram-se textos considerados únicos. A ideia de um texto único de catecismo, considerando-se que o ensino da religião esteve associado ao discurso civilizador, permite inferir que se pretendia, através da religião e do impresso, moldar a cultura de uma nação como padrão civilizatório. Pelos usos paroquiais e escolares, adotados nos diferentes estratos da sociedade, pode-se inferir também que o catecismo era o impresso religioso de destinação pedagógica que mais circulava, o que causa estranheza pelas raras referências a esse tipo de impresso encontradas nas pesquisas sobre o livro e a leitura.

Do ponto de vista do poder simbólico, o livro de catecismo era portador de códigos que representavam um modelo cultural, tanto pela fé, quanto pelos valores e pelas normas de conduta que ditava. Os catecismos normatizavam a vida social e contribuía para a formação de uma sociedade civilizada cristã. Desse modo, pensar em um texto único de catecismo em uma esfera nacional significava estabelecer um modelo cultural civilizado a ser seguido. Significava, ainda, em uma esfera mundial, estabelecer um padrão de civilização cristã a ser adotado pelos diferentes grupos culturais. No jogo de relações de força que configuram as relações sociais, vale a pena considerar em que consistia, efetivamente, a solicitação de um texto único de catecismo. A primeira tentativa, com o *Catecismo Romano*, não vingou por muito tempo e foi necessário o esforço constante de alguns padres, em vários momentos, para trazê-lo à tona no processo de reforma interna pela qual passou o clero católico no movimento da Contra-Reforma.



No início do século XX, o movimento catequístico ainda acompanhava as opções organizativas metodológicas e de conteúdo em que estava assentada a prática catequética desde o Concílio de Trento. Durante esse século, um intenso movimento de renovação pôs em crise uma formulação catequética cristalizada no interior da Igreja há alguns séculos sintetizadas na memorização de fórmulas doutrinárias a serem apreendidas pelo aluno, sem nenhuma conexão com a vida. Motivada por alguns fatores, tais como os estudos teológicos, as orientações do pensamento, o contexto sócio-cultural e as novas instâncias pedagógicas, o catecismo foi ganhando, lentamente, nova conotação no campo educacional católico. (BOLLIN & GASPARINI, 1998, p.208).

Em relação a este último ponto, pode-se dizer que, nas primeiras décadas do século XX, a Pedagogia do catecismo passou a ser profundamente influenciada pela Pedagogia Moderna e pelas novas orientações psico-pedagógicas das ciências da educação. Com isso, modificou sua práxis metodológica, abandonando a metodologia pós-tridentina. Enfim, influenciada pelo método indutivo, também conhecido como Método de Munique<sup>8</sup>, a partir de 1920, a Pedagogia do catecismo estreitou o diálogo com as concepções da Pedagogia Moderna e das Escolas Novas.

Do conjunto de acontecimentos que marcaram a história do movimento catequético no século XX, dois merecem destaque: a) os documentos pontifícios que foram escritos para normatizar e impulsionar o catecismo e b) os congressos que serviram como espaço de fomento às discussões acerca das ciências educacionais, que resultaram em novos investimentos na área. Essas duas perspectivas de análise, de acordo com Bollin e Gasparini (1998), podem ainda se agrupar em dois momentos característicos: antes e depois do Concílio Vaticano II. Dos documentos pontifícios, deve-se considerar, obrigatoriamente, pela sua importância, a Encíclica *Acerbo Nimis* (1905) de Pio X, única encíclica destinada ao catecismo, e a Encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), do Papa Pio XI, sobre educação cristã da juventude.

Para Bollin e Gasparini, o século XX foi o século dos Congressos e Encontros Catequísticos. Nesses espaços, educadores católicos de diferentes países alargaram o debate sobre a catequese, recolocando-a no cenário escolar, como uma disciplina atenta às modernas contribuições pedagógicas oriundas das ciências da educação. Dentre os principais congressos, pode-se destacar o Congresso de Milão, em 1909; os congressos de Viena realizados em 1905, 1912, 1925; os Congressos de Munique, realizados em 1905, 1911, 1912, 1928; os de Paris, nos anos de 1908, 1912, 1934, 1939, 1955, 1957, 1960; na Espanha, o Congresso de Valladolid, em 1913; o de Granada, em 1926; o de Saragoça, em 1930 e o de Valência, em 1950. Ainda nesse mesmo ano, em Roma, foi realizado o I Congresso Catequístico Internacional, com 600 participantes, representando 37 Institutos Religiosos e quase 350 dioceses (BOLLIN e GASPARINI, 1998, p. 216), no qual o Brasil foi representado pelo Monsenhor Álvaro Negromonte.

---

<sup>8</sup> Os estudos sobre o método de Munique, no Brasil, ainda são escassos assim como a sua influência na pedagogia católica brasileira, consequência direta da pouca atenção que o catolicismo vem recebendo dos estudos da área, sobretudo no que tange às práticas pedagógicas modernizadoras da Igreja. O método de Munique ressaltou a necessidade de se atentar para a criança, através das contribuições da Psicologia, e manteve uma relação muito próxima com a pedagogia Herbartiana, conforme lembra Passos (1998). A tese de doutoramento de Mauro Passos (1998) destaca o movimento catequético de Munique, ocorrido no início do século XX, ao tratar da influência da pedagogia herbartiana para a catequese, e aponta para a repercussão que teve, no Brasil, na década de 30, com Negromonte e Waleska Paixão.

## No cenário escolar brasileiro, o catecismo vira livro didático

No mundo do texto, é preciso atentar para o que Chartier chama de “formas e sentidos”, que vão desde a produção material até a apropriação da mensagem pelo leitor.

Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são tão suscetíveis (CHARTIER, 1994, p. 8)

A preocupação em renovar as práticas pedagógicas voltadas para o ensino religioso repercutiu na produção de livros voltados para o campo educacional. As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pelos influxos das Escolas Novas e suas propostas de atividade do aluno, em oposição à educação livresca, considerada tradicional. Ainda assim, tais propostas não suprimiram o livro como ferramenta pedagógica eficaz.

Apesar de essa representação ter sido ofuscada pelo discurso da atividade que, conforme aponta Vidal (2001), parecia afastar o livro como recurso didático do cenário da escola, essa ferramenta teve papel de destaque nos novos processos educacionais que movimentaram a sociedade brasileira dentro e fora do meio escolar. A prática de leitura era considerada uma prática ativa por levar o aluno a uma interação contínua com o material em mãos. Ademais, o conceito de atividade proposto pelas Escolas Novas não estava restrito ao movimento físico. Era uma ideia que “determinava uma nova atitude frente à aquisição de conhecimentos. Mesmo sentados e em silêncio, alunos e alunas, poderiam estar ativamente envolvidos com a aprendizagem” (VIDAL, 2001, p. 89). De acordo com Azevedo,

A ofensiva da educação nova contra o livro de leitura ou de texto tem sido freqüentemente interpretada, por ignorância ou má fé, como uma investida contra o livro e a cultura. Mas a verdade é que a educação nova, longe de deprimir o valor do livro, o reabilita pela nova função que lhe atribuiu, como instrumento de trabalho. O livro de texto, na escola tradicional, é o centro, em torno do qual gravitavam todas as atividades escolares que se sucedem, na ordem de distribuição da matéria e segundo suas sugestões metodológicas; o livro escolar na educação renovada é um ‘instrumento de trabalho’ na atividade total da escola que se desenvolve sob o impulso e em torno da criança, centro de gravidade da nova educação; aquele é o livro-padrão, que se presume bastar-se a si mesmo, na função absorvente, uniformizadora e autoritária; este, um elemento de cultura, que auxilia, completa e alarga a experiência que nos vem da observação direta e do trabalho, dos olhos, das mãos e da ferramenta; aquele, o instrumento a que o aluno se escraviza; este, o instrumento de que se utiliza, como meio; aquele, o livro imposto que se lê por necessidade e se abandona com prazer, o fastio das leituras sem interesse, com que a escola transmite o desamor senão o horror aos livros; este, o livro de que se precisa e que se procura, como fonte de informações, de estímulos, de recreio e de reflexão e extrai todo seu encanto e sua força do interesse que despertou e que nos faz associar mais tarde, a lembrança da escola e da própria infância à das leituras, com que se tornou mais profundamente o coração, se produziram os primeiros impulsos para o ideal e se estabeleceram os primeiros contatos com a experiência humana (*apud* VIDAL, 2001, p. 90).

Para os defensores de um ensino leigo ou para os educadores católicos, o livro assume, na escola moderna, não o papel de único guia condutor do professor, nem o centro das atenções, porque esse lugar passa a ser ocupado pelo aluno. O que muda, efetivamente, não é a sua presença ou ausência, mas a maneira de utilizá-lo. Ele se torna, portanto, importante ferramenta de trabalho estimulada pelos profissionais da educação. Fato que se atesta, segundo Hallewell (1985), pelo substancial aumento de livrarias e editoras nacionais nesse período, bem como pela produção de livros didáticos como um dos principais nichos do mercado editorial das décadas de 1920 e 1930.

A historiografia educacional brasileira já vem apontando, de forma significativa, a expressiva circulação de ideias e saberes pedagógicos veiculados, naquele período, por meio de uma intensa produção de revistas especializadas e de livros, especialmente coleções sobre a educação, articulados às diferentes ciências que contribuíram para a renovação desse campo, dentre elas, a Psicologia, a Biologia, Sociologia, a História e a Política<sup>9</sup>. Dessas publicações, duas características se sobressaem e parecem marcar a produção de livros no Brasil: uma forte campanha pelo livro nacional – fomentada por intelectuais da educação e professores – que teve acentuado investimento de Monteiro Lobato, o qual atuou não só como editor, mas também como articulador de um grupo de intelectuais que se reunia em torno da Companhia Editora Nacional e que acabou por colocar São Paulo em um lugar expressivo no eixo de produção e intervenção cultural do país (TOLEDO, 2001). Além disso, outra marca desse mercado editorial nos anos de 1920 é a acentuada produção de livros didáticos. Por um lado, eles exerciam um papel importante nos novos projetos educacionais e, por outro, representavam, para as editoras, um terreno seguro que garantia suas vendas e lhes possibilitava assumir alguns riscos com a publicação de novos títulos e autores.

Se, até 1920, a maior parte dos livros, mesmo os livros didáticos, utilizados no Brasil era de autores estrangeiros, os anos de 1920 a 1930 fizeram florescer, junto com o aumento das editoras, as produções bibliográficas de autores nacionais. Segundo Lajolo, o livro didático, por um lado, era considerado o “primo-pobre da literatura”, mas, por outro, constituía-se como o “primo-rico das editoras”, já que sua venda era garantida, pois além de contar com o apoio do sistema de ensino e o abrigo do Estado, era aceito pelos pais e educadores (LAJOLO, 1996, p. 140).

Nos anos de 1930, mais especificamente, o investimento na produção de livros nacionais é intensificado em virtude de um conjunto de projetos que, voltados para a organização da sociedade, passavam pelo caminho da educação e da escolarização do povo. Dentre eles, pode-se destacar a expansão dos sistemas de ensino, a preocupação com a erradicação do analfabetismo, as reformas educacionais, os debates acerca da renovação educacional brasileira e de todo um investimento que vinha se configurando entre intelectuais de diferentes campos na formação de uma identidade nacional.

Essa campanha marca também a produção de livros de ensino religioso e catecismos por intelectuais católicos, como o padre Álvaro Negromonte, que publica, entre os anos de 1930 e 1940, uma coleção de quatorze livros voltados para o ensino religioso, tendo

---

<sup>9</sup> Ver Carvalho (1994; 1998, 2001), Toledo (2001).

como destinatário o público escolar e incluindo um manual voltado para a formação de professores, destinado às normalistas. São catecismos que assumem um novo formato, o escolar, em uma lógica de produção que acompanha duas conjunturas importantes – a política e a editorial. As formas e sentidos que esses livros passam a assumir estão diretamente relacionadas aos debates políticos e educacionais que se instauram no país, ao novo formato de livro didático, assim como às estratégias de coleção que o mercado editorial passa a investir, nos anos de 1930, para divulgar livros voltados para a educação.

A referida conjuntura política se organiza em torno de projetos de organização da nação pela educação – sinalizados em diferentes canais como os congressos, os jornais, as revistas especializadas, as associações de educadores, as ligas nacionalistas – e pelas reformas da instrução pública. Essa conjuntura sinaliza a necessidade de novas ferramentas de leitura. Ora, tem-se aí um projeto de educação pelas leituras que, desde os anos de 1920, já apontava para a necessidade de organização de bibliotecas para as escolas, para as cidades e para a formação de professores.

Paralelamente, as editoras começaram a organizar linhas de mercadoria que atendessem às novas demandas criadas em torno do movimento educacional. Nesse cenário, destaca-se a Biblioteca Pedagógica Brasileira da Companhia Editora Nacional e suas coleções que passaram a ocupar e a inaugurar um espaço no mercado para essa classe de impressos (TOLEDO, 2001). O investimento nesse novo padrão editorial – as coleções pedagógicas – ajudava a disseminar uma imagem associada aos princípios de uma civilização moderna, na qual cultura e livros caminhavam juntos (AZEVEDO, 1944).

*Pari passu* com a modernidade, a Igreja Católica investiu na produção de livros nesse contexto. Se, por um lado, a coleção do padre Negromonte se apropria dos enunciados escolanovistas e os disponibiliza para o público leitor em “pílulas”<sup>10</sup>, por outro, a ação do referido padre, como editor do Boletim Catequético, chama a atenção para o investimento em ampliar a cultura pedagógica e orientar a leitura do professorado católico, munindo-o de um conjunto de leituras produzido por educadores franceses e belgas, principalmente, que em seus países estavam produzindo livros, revistas e materiais pedagógicos apoiados nas contribuições das Ciências da Educação, configurando o que se convencionou chamar de Escola Nova Católica<sup>11</sup>.

Negromonte justifica sua iniciativa de produzir essa coleção de livros como uma forma de suprir uma lacuna no campo religioso que, segundo o autor, não possuía bons livros editados no Brasil, calcados na moderna pedagogia. No Boletim Catequético, era recorrente esse enfoque na falta de material didático produzido no âmbito nacional. Nas prescrições de leitura que figuravam na seção *Biblioteca da Catequista*, por exemplo, grande parte dos livros recomendados fazia parte da produção francesa ou belga e os

<sup>10</sup> Expressão usada por Azevedo para se referir a essa fórmula editorial que seleciona os textos, privilegiando manuais e compêndios para o leitor com o objetivo de simplificar a leitura.

<sup>11</sup> “A Escola Nova se constituiu a tônica do discurso liberal dos anos 1920 e 1930, sobretudo neste último, e a Igreja Católica acompanhou essa movimentação apropriando-se desse movimento e utilizando-o com muita naturalidade. Não obstante ser uma proposta liberal, a ala conservadora católica não só utilizou como defendeu a implantação dessa nova proposta nas escolas, alcançando grande êxito na Reforma Francisco Campos”. (BACKHEUSER *apud* Ir. OLGA, 1934, p. 73).

autores mais referenciados eram o abade Quinet<sup>12</sup> e Marie Fargues<sup>13</sup>, os quais já vinham aplicando os métodos ativos e as contribuições da psicologia no ensino religioso.

Na esteira dos novos debates educacionais no campo religioso, o novo significado da catequese compreendia uma formação voltada para a vida religiosa na prática. Tal formação deveria ser mais sólida e, portanto, mais eficaz do que aquela que vinha sendo ensinada até então, a qual não só não desenvolvia nos alunos uma vontade forte o bastante para resistir a tudo que contrariasse a fé católica, como também não imprimia nestes um espírito de engajamento social em favor dessa fé. Sendo assim, o ensino de catecismo precisava ser, além de mais eficaz, mais atraente. Como os antigos manuais não atendiam a essas expectativas, faziam-se necessários novos textos. Segundo Negromonte,

Quem conhece psicologia infantil sabe o desprestígio de um livro pequenino, tipo miúdo, sem ilustrações, em face dos livros grandes, texto claro e variado correndo entre as figuras que falam muito mais do que as letras. E quem sabe o encanto de um novo livro vê logo que entre os manuais que variam a cada ano despertando o interesse e o entusiasmo dos pequenos, o mesmo catecismo passando, velho e conhecido, de ano para ano fará bem triste figura. (NEGROMONTE, 1942, p.78).

A nova configuração que a catequese passa a assumir, juntamente com a ausência de uma literatura religiosa escolar produzida no Brasil e atualizada tanto em seus conteúdos quanto em sua pedagogia, criam uma demanda pela produção de livros de catecismo coerentes com os debates que vinham ocorrendo, tanto no campo religioso, quanto no educacional. A prática, tão questionada, de memorização, utilizada pelos católicos, constituía-se em um exercício corrente de todas as disciplinas, fossem elas Religião, História, Geografia ou Aritmética, antes de a chamada Pedagogia Moderna ditar os rumos da educação. “Saber de cor” era sinônimo de saber e isso era uma prática comum a todas as disciplinas. À medida que as disciplinas escolares passaram por um processo de renovação, o ensino religioso, proposto como matéria escolar, também participou desse processo.

A demanda por novos livros de catecismo encontrava forte respaldo no Decreto-lei de nº 1006, publicado em 30 de dezembro de 1938, o qual estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático e instituiu a Comissão Nacional do livro Didático. Dentre suas atribuições, pode-se perceber um freio no uso de traduções nas escolas que deviam ser orientadas por essa Comissão e, conseqüentemente, um estímulo à produção de livros nacionais. Conforme o Decreto:

---

<sup>12</sup> Inspetor do Ensino Religioso da Diocese de Paris, o abade Quinet foi um dos autores mais citados pelos católicos envolvidos com a modernização do ensino de catecismo no Brasil. Seu livro *Apontamentos do Catequista* (vol. 1) foi traduzido por Waleska Paixão, Diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas à época e braço direito do padre Negromonte no Boletim Catequético, e foi publicado no Brasil em 1935.

<sup>13</sup> Marie Fargues era uma das principais referências na pedagogia catequística francesa e seus textos foram largamente utilizados na Revista do Ensino e no Boletim Catequético. Seus livros, traduzidos ou não, constavam em todas as prescrições de leitura para as catequistas.

Art. 10. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei. (DECRETO-LEI nº 1.006, 30/12/1938)

O livro didático nacional ganhou um novo sentido. Segundo Munakata,

livro didático é para usar: ser carregado à escola; ser aberto; ser rabiscado; ser dobrado, ser lido em voz alta em alguns trechos e em outros em silêncio; ser copiado; ser transportado de volta à casa; ser aberto de novo; ser ‘estudado’ [...] Objeto para ser usado, livro didático implica não uma relação direta e imediata do aluno e do professor com o conteúdo, esse mundo platônico de formas inteligíveis, mas antes atividades, práticas e de fazeres, numa situação efetiva de ensino e aprendizagem (MUNAKATA, 1997, p. 204).

As possibilidades de usos do texto e os sentidos que ele ganha para o aluno são explorados por Negromonte na série *Meu Catecismo*. O autor abre o livro dois, voltado para a segunda série do ensino primário, com uma *Nota ao aluno*, por meio da qual o orienta para as possibilidades de usos do texto que o próprio texto sugere. Assim se dirige Negromonte ao seu leitor:

Criança!

Este catecismo é seu. Foi para você que eu o escrevi. Veja o nome dele: “MEU CATECISMO”. Leia-o com cuidado, estude nele com gosto. Pegue seus lápis de cores para colorir as figuras, mas tudo de uma vez, não. É para ir colorindo só a lição do dia. Complete as lições escrevendo o que falta. Faça os desenhos. O livro vai ficar todo estragado. Não faz mal. No fim do ano dê à mamãe para guardar: será uma ótima lembrança quando você for grande. E, para o ano você terá outro catecismo. Seja sempre bonzinho, queira bem ao Menino Jesus e reze por mim. (NEGROMONTE, 1942, p. 9)

Ao tornar o livro um espaço interativo, Negromonte sugeria uma mudança nas práticas educacionais, abrindo espaço para uma maior interação do aluno nas aulas, buscando assegurar uma formação sólida calcada nos saberes considerados elementares para a sua fé. O que se constata é que os novos sentidos que a catequese passa a adquirir no campo religioso reverberam no campo educacional e na produção de novas ferramentas de trabalho. O livro de catecismo muda, não apenas em seu formato, mas também nos sentidos que carrega como ferramenta pedagógica e veículo de formação religiosa.

## Considerações finais

A profusão de catecismos que se desenvolveu na modernidade, os variados formatos e usos que receberam, a presença, mas, sobretudo, a circulação intensa desses textos nos espaços e nas políticas públicas de educação, revelam o diálogo entre Igreja e modernidade e a apropriação das propostas modernas materializadas no catecismo, um impresso pedagógico, fruto de um projeto católico eficiente, atento às novas técnicas de produção desenvolvidas nos tempos modernos. O investimento da Igreja em um impresso de destinação pedagógica como o catecismo atingiu, com êxito, pontos nevrálgicos da instituição: contribuiu, diretamente, para a propagação da fé católica, para a superação do estágio de ignorância religiosa em que se encontrava o povo cristão e foi um instrumento eficaz para o empreendimento de uma nova cristianização. A mudança nas formas dos textos de catecismos traduzia uma mudança nos sentidos desses textos junto aos leitores tanto do ponto de vista doutrinário quanto pedagógico.

Observou-se que a nova configuração assumida pela catequese, juntamente com a ausência de uma literatura religiosa escolar produzida no Brasil e atualizada tanto em seus conteúdos quanto em sua pedagogia, criam uma demanda pela produção de livros de catecismo coerentes com os debates que vinham ocorrendo tanto no campo religioso quanto no educacional. Além disso, a produção da coleção de catecismos do padre Álvaro Negromonte estava associada as duas conjunturas favoráveis a sua publicação no período em questão: a conjuntura política que se configurava em torno de projetos educacionais e o mercado editorial que se abria para esse novo segmento, que compreendia as coleções pedagógicas. A produção de uma coleção de catecismos, escritos por um autor brasileiro em consonância com os debates educacionais e as contribuições das Ciências da Educação, conferem ao seu autor uma representação no interior do campo religioso de pioneirismo na renovação do movimento catequético, no Brasil, não apenas pela apropriação que ele fez dessas contribuições pedagógicas, como também, pelos novos livros que produziu, entendidos como ferramentas pedagógicas modernas, consoantes com as demandas dos novos tempos.

Se, por um lado, os estudos sobre impressos tem se constituído como uma das áreas que tem recebido forte investimento dos pesquisadores do campo da História da Educação, as pesquisas que têm os manuais de catecismo como objeto de estudo ainda são incipientes. Isso aponta para a necessidade de maior esforço de investigação nesse tipo de impresso, a fim de compreender melhor as estratégias utilizadas pelos educadores católicos em suas práticas educacionais na sociedade brasileira em diferentes períodos.

## Referências

- ARAÚJO, Emanuel. *A Construção do Livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Parte 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BOLLIN, Antônio; GASPARINI, Francesco. *A catequese na vida da Igreja: notas de história*. São Paulo: Paulinas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 27-98.

BRASIL. *Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938*. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 29/09/2014.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Uso do Impresso nas Estratégias Católicas de Conformação do campo doutrinário da Pedagogia (1931-1935)”. In: *Cadernos Anped*, n. 7, 1994. p. 41-60.

\_\_\_\_\_. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998

\_\_\_\_\_. “A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil”. In: FARIA Filho, Luciano Mendes. *Modos de ler, formas de escrever: estudos de História da Leitura e da Escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 66-86.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1994.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek. *Reforma: O cristianismo e o mundo 1500-2000*. Trad. Celina Cavalcante Falk, Rio de Janeiro: Record, 1997.

LAJOLO, Marisa. “Livro Didático: um (quase) manual de usuário”. In: *Revista Em Aberto*, nº 68, ano 16, 1996, p. 3-7.

MANGUEL, Alberto. *Uma História da Leitura*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias*. Tomo III - A Era do Liberalismo. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2002.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997. (Tese de Doutorado).

NEGROMONTE, Álvaro. *Meu Catecismo: 2º ano primário*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1942.



OLGA, Irmã. “Escola Nova Christã”. In: *Revista do Ensino*, Belo Horizonte – Estado de Minas Gerais: Órgão Oficial da Inspeção Geral de Instrução, ano X, n. 128-132, julho a dezembro de 1936. p. 65-76.

QUINET, Abbé. *Apontamentos do Catequista: notas pedagógicas*. Vol. 1: Dogma. Trad. Autorizada por Waleska Paixão. Petrópolis/RJ, Editora VOZES, 1935.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao editorial (1931-1981)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001. (Tese de doutoramento).

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2001.

*Recebido em março de 2014*  
*Aprovado em junho de 2014*